

730325a

The Discourse of Samora Machel

A solidariedade é uma ajuda mútua entre as forças que combatem pelo mesmo objectivo: discurso do Presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel

Reggio Emília, Italy: 25 March 1973, 18p. [veja Amélia Souto and António Sopa, *Samora Machel: bibliografia, 1970-1986* (Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1996), item no.183, p.51]

An English translation of this text, a speech delivered to the I. Conferência Nacional de Solidariedade para a Liberdade e a Independência de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, was published in the book *Mozambique: sowing the seeds of revolution*, as well as in the Aquino de Bragança / Wallerstein collection *Quem é o inimigo?*, both Portuguese and English editions. See also the Petrucci interview done at the conference.

Dr. Colin Darch
72 Milner Road
Rondebosch 7700
Tel.686-3691

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE SOLIDARIEDADE PARA A
LIBERDADE E A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE, ANGOLA E GUINÉ-BISSAU

" A SOLIDARIEDADE É UMA AJUDA MÚTUA ENTRE AS
FORÇAS QUE COMBATEM PELO MESMO OBJECTIVO "

DISCURSO DO PRESIDENTE DA FRELIMO
SAMORA MOISÉS MACHEL

Reggio Emília, 25 de Março de 1973.-

Senhor Presidente da Conferência,
Amigos e Camaradas Dirigentes e Militantes das
Forças Democráticas Italianas,
Amigos e Camaradas do MPLA e PAIGC,
Amigos e Camaradas Delegados e Observadores.

Esta manifestação de solidariedade é uma festa da amizade dos Povos, uma reafirmação do princípio de que todos os Povos que rem a Liberdade, a Justiça, o Progresso e a Paz e que estes são indivisíveis.

Esta magnífica celebração tem lugar na região da Emília Romagna, onde em cada passo encontramos manifestações concretas de ódio contra o fascismo e a exploração, exemplos de determinação popular em defender os direitos do Povo.

Aqui a luta pela Independência e Unidade da Itália, viveu momentos altos. Aqui, nesta terra mártir e heróica, se estabeleceu um dos principais centros de combate contra o fascismo e o hitlerismo. Hoje a Emília Romagna é uma das regiões da Itália onde se instalou o poder democrático e popular, defendendo assim as conquistas da resistência italiana.

Interpretando correctamente os interesses populares e mantendo vivo o sentido profundo da resistência italiana o Povo da Emília Romagna transformou a sua região numa frente de solidariedade italiana para com a luta dos outros Povos.

Aqui em Reggio Emilia se encontra o Hospital S. Marie Nuova, ligado ao Hospital Zambézia, por um pacto de amizade. Ainda na Emília Romagna, se encontra a Comuna de Bolonha, também ligada por um pacto de amizade com o nosso Centro Educacional de Tunduru.

São estas e inúmeras outras manifestações de solidariedade, carinho e amizade do Povo italiano, que hoje queremos aqui, solenemente saudar e agradecer em nome do Povo Moçambicano e da FRELIMO.

Para além do apoio concreto que ela representa a vossa solidariedade, é também uma acção política que nos ajuda a educar o nosso Povo.

Que esta Conferência se faça no dia do aniversário do massacre das Fossas Ardeatine é mais uma circunstância que recorda quanto a história dos nossos povos se liga, no passado e no presente à mesma experiência da brutalidade e crueldade da dominação nazifascista, mas, ao mesmo tempo, à coragem e determinação popular na luta comum.

O colonialismo e o imperialismo fizeram conhecer ao nosso Povo a face brutal da agressão, da exploração, da opressão.

A Pátria do renascimento da cultura europeia, da epopeia libertária de Garibaldi, da luta tenaz contra o fascismo, a Pátria do grande Povo Italiano, era-nos desconhecida. A vossa imagem eram apenas os FIAT G-91 que semeiam a morte, as indústrias alimentares italianas que nas suas fábricas de descasque de cajú em Moçambique exploram os nossos camponeses e trabalhadores. Somente a guerra de libertação, que quebrou o isolamento a que estávamos submetidos, nos permitiu entrar em contacto com o Povo Italiano e descobrir a sua verdadeira face.

A vossa acção de solidariedade, neste quadro, leva o nosso Povo a compreender duma maneira concreta, que não existem raças ou Povos inimigos. Que o inimigo do nosso Povo é o mesmo que de todos os outros Povos, o colonialismo que não tem raça, o imperialismo que não tem Pátria.

As visitas das vossas delegações ao Campo Educacional de Tunduru, ao Hospital Dr. Américo Boavida, às Regiões libertadas de Moçambique, foram lições políticas para o nosso Povo.

Ao iniciar-se esta Conferência nós saudamos todos os numerosos dirigentes, representantes e militantes das forças políticas, sindicais, culturais, laicas e de inspiração religiosa, socialistas, comunistas, democratas cristãos, republicanos, todas as forças anti-fascistas aqui presentes, porque unidas na condenação e na recusa do apoio ao colonialismo e à opressão, unidas no apoio à nossa luta pela independência, pela liberdade e pela justiça. Que vocês saibam amigos e camaradas, quanto a vossa presença connosco, de vós representantes de um arco tão largo de forças democráticas, representa um encorajamento e inspiração no nosso combate unitário contra o inimigo comum.

Camarada Presidente da Conferência,

Caros camaradas,

A nossa Conferência realiza-se num momento de grande desenvolvimento da nossa luta.

Vivemos em Moçambique o nono ano de luta armada. Profundas transformações qualitativas e quantitativas operam-se no nosso País.

A luta armada estendeu-se para as zonas mais sensíveis do sistema económico de dominação colonial. Ela atinge os centros de implantação dos interesses vitais estratégicos e económicos, tanto do colonialismo português, como do imperialismo.

Ainda mais, este desenvolvimento da nossa luta afecta, quer os interesses inimigos em Moçambique, quer ainda o seu sistema de dominação do conjunto da África Austral.

Os 3.000Kms de costas moçambicanas banhadas pelo Índico, abrangendo excelentes portos como os de Lourenço Marques, Beira e Nacala, fazem do nosso País o acesso natural ao mar dum vasto hinterland, rico em minas e indústrias, com uma agricultura próspera e um comércio internacional florescente.

A localização geográfica de Moçambique, torna o nosso País um centro de controle da navegação circun-africana, entre a Ásia e o Médio Oriente por um lado e a Europa e América por outro.

O espírito de guerra fria que subsiste nos meios militaristas e reaccionários, leva potências ocidentais a conceberem o nosso País como um elemento fundamental para a dominação da chamada rota do Cabo.

Fronteira do império branco da África Austral, Moçambique é considerado como zona de protecção dos regimes racistas de Pretória e Salisbúria.

País dispendo de uma população superior a 9 milhões de habitantes, isto é, o segundo país mais populoso da África Austral, Moçambique é o principal fornecedor da mão de obra para toda a África Austral. Nas minas da África do Sul e da Rodésia, nas plantações e indústrias do império racista, perto de um milhão de Moçambicanos, vendidos pelo governo português, conhecem a nova escravatura, para maior benefício dos senhores das minas e das terras.

As reservas imensas de energia hidro-eléctrica, carbonífera, os jazigos de petróleo e gaz, urânio, ferro, cobre, bauxite, ouro e diamantes, a fertilidade do nosso solo, tem atraído os interesses das grandes companhias multi-nacionais.

É este conjunto de interesses económicos e estratégicos que identificando-se com o colonialismo português, lhe permitiram sobreviver até hoje.

É contra eles que a nossa luta se dirige, são eles que estão a ser destruídos pela nossa luta.

Dos fins de Outubro de 1971 aos inícios de Novembro de 1972, as forças armadas da FRELIMO empreenderam mais de 800 acções contra o exército colonial, no decurso das quais 107 bases militares e acampamentos inimigos foram destruídos total ou parcialmente, mais de 3.000 soldados portugueses foram mortos, 344 viaturas militares de toda a espécie foram destruídas.

Ainda durante este período, abatemos ou destruimos no solo 55 aviões e helicópteros, incluindo 1 helicóptero rodésiano, afundamos 15 embarcações de guerra no rio Zambeze. Dezenas de quilómetros de vias férreas foram destruídas, assim como 20 composições ferroviárias e 20 pontes. Mas mais importantes que as estatísticas das batalhas são as transformações operadas no campo político e da reconstrução nacional.

Cabo Delgado era uma Província submetida à exploração das companhias algodoeiras. Muitas dezenas de milhares de famílias africanas, eram forçadas pela administração colonial, a consagrarem os seus esforços à produção de algodão, para receberem em seguida preços de miséria pelas suas colheitas.

A opressão das companhias era de tal maneira brutal durante a dominação colonial, que centenas de milhares de pessoas preferiam atravessar o Rovuma e vir trabalhar nas plantações de sisal do então Tanganyika.

Hoje essas companhias algodoeiras já quase desapareceram de Cabo Delgado, porque largas regiões foram subtraída à dominação colonial.

A acção presente dos nossos combatentes visa liquidar as poucas bases inimigas que ainda sobrevivem, isoladas nas nossas zonas e reforçar a protecção das populações contra os bombardeamentos aéreos. Foi assim que em 18 de Setembro de 1972, lançamos uma ofensiva simultânea contra 7 bases militares inimigas, incluindo a base estratégica aérea e terrestre de Mueda, centro do dispositivo militar português no centro da Província.

Em Mueda 18 aviões e helicópteros, incluindo 2 FIATS G-91 foram destruídos no solo. Além disso, diversas instalações militares foram destruídas ou danificadas, nomeadamente paióis, casernas, depósitos de combustível, pistas.

A ofensiva prossegue até hoje tendo já destruído várias bases inimigas. As mais recentes foram de QUINHANTATI, NAKATAR, NANGADE, ULO E PUNDANYAR.

Em Niassa a opressão brutal dos colonialistas, a ocupação das terras férteis por colonos, a venda de mão de obra para as minas e plantações da Rodésia e África do Sul, o regime algodoeiro, a inexistência de assistência sanitária para o Povo, dizimaram as populações.

Com uma superfície superior a 120.000Kms², um solo fértil, um clima ameno, Niassa no início da guerra, tinha uma população de 250.000 habitantes.

O colonialismo ataçava as divisões tribais e religiosas, entre essa escassa população. Assim era Niassa.

Hoje, não são apenas as companhias algodoeiras e a venda dos trabalhadores que cessaram de existir, também foi bloqueado o processo de implantação de novos colonos.

Os grupos linguísticos e religiosos descobrem a sua personalidade moçambicana, encontram a fraternidade que une os oprimidos. Os Comitês populares de poder, designados democraticamente, substituíram a dominação feudal e despótica dos antigos régulos, ao serviço da administração colonial.

Como em Cabo Delgado o inimigo encontra-se isolado com as estradas e vias férreas bloqueadas. Aqui também a nossa acção incide essencialmente na destruição das bases inimigas. Nos últimos meses atacamos e destruímos em todo ou em parte, Macaloge, Lunho, Messangulo, Valadin; campos de concentração como o de Maua, foram destruídos; tendo-se libertado centenas de pessoas.

A Província de Tete fornecia trabalhadores que eram vendidos para as minas, plantações de tabaco e fazendas da Rodésia, para as minas de carvão de Moatize. Os colonialistas faziam dos nossos homens animais de transporte para carregar o colono e os seus bens. Homens eram levados para a estiva da Beira, para as plantações de colonos.

A Província, fronteira da Rodésia e Malawi era um centro de comunicações internacionais.

Os jazigos de carvão, ferro, urânio, cobre, bauxite, ouro, atraíam sobre ela os interesses e ambições das grandes companhias. Mas sobretudo é o projecto gigante de Cabora Bassa, com implicações profundas para a África Austral, que concentrou a atenção dos grandes monopólios sobre o nosso País.

Cabora Bassa que se destinaria a fornecer energia eléctrica barata à África do Sul e à África Austral, seria o ponto de partida da constituição dum mercado comum, que submetteria a totalidade da nossa zona à tutela de Pretória.

No vale do Zambeze a ser irrigado pela futura barragem, o colonialismo deseja instalar um milhão de colonos europeus, que constituiriam uma espécie de barragem humana, contra o desenvolvimento da luta de libertação. Mas em cinco anos Tete transformou-se profundamente.

Embora o inimigo tenha aumentado consideravelmente os seus efectivos e material e que estes sejam reforçados pelas intervenções militares de Salisbúria e de Pretória, a extensão rápida da luta armada a toda a Província e o seu avanço para Manica e Sofala destruiu os planos estratégicos e táticos do inimigo, impedindo-o de explorar a sua supremacia material.

A derrota militar colonialista concretizou-se pelo alto grau de paralização das vias de comunicação terrestres incluindo às de projecção internacional, e resultou na cessação progressiva das actividades económicas portuguesas e estrangeiras, nos campos da agricultura, comércio, transporte e pesquisa mineira, na acentuação do isolamento de Cabora Bassa e da exploração carbonífera do Moatize, na liquidação do blucus do Zambeze.

O nosso Povo deixou de ser animal de transporte, deixou de ser vendido para o estrangeiro, o trabalho forçado cessou, as brutalidades e humilhações dos colonos e administração são progressivamente relegadas para o passado.

O colonialismo português aqui também, deixa de existir como administração e dominação económica, para assumir o seu único e verdadeiro rosto, o de agressor e criminoso.

A opressão das companhias era de tal maneira brutal durante a dominação colonial, que centenas de milhares de pessoas preferiam atravessar o Rovuma e vir trabalhar nas plantações de sisal do então Tanganyika.

Hoje essas companhias algodoeiras já quase desapareceram de Cabo Delgado, porque largas regiões foram subtraídas à dominação colonial.

A acção presente dos nossos combatentes visa liquidar as poucas bases inimigas que ainda sobrevivem, isoladas nas nossas zonas e reforçar a protecção das populações contra os bombardeamentos aéreos. Foi assim que em 18 de Setembro de 1972, lançamos uma ofensiva simultânea contra 7 bases militares inimigas, incluindo a base estratégica aérea e terrestre de Mueda, centro do dispositivo militar português no centro da Província.

Em Mueda 18 aviões e helicópteros, incluindo 2 FIATS G-91 foram destruídos no solo. Além disso, diversas instalações militares foram destruídas ou danificadas, nomeadamente paióis, casernas, depósitos de combustível, pistas.

A ofensiva prossegue até hoje tendo já destruído várias bases inimigas. As mais recentes foram de QUINHANTATI, NAKATAR, NANGA-DE, ULO E PUNDANYAR.

Em Niassa a opressão brutal dos colonialistas, a ocupação das terras férteis por colonos, a venda de mão de obra para as minas e plantações da Rodésia e África do Sul, o regime algodoeiro, a inexistência de assistência sanitária para o Povo, dizimaram as populações.

Com uma superfície superior a 120.000Km², um solo fértil, um clima ameno, Niassa no início da guerra, tinha uma população de 250.000 habitantes. O colonialismo aticava as divisões tribais e religiosas, entre essa escassa população. - Assim era Niassa -.

Hoje, não são apenas as companhias algodoeiras e a venda dos trabalhadores que cessaram de existir, também foi bloqueado o processo de implantação de novos colonos.

Os grupos linguísticos e religiosos descobrem a sua personalidade moçambicana, encontram a fraternidade que une os oprimidos. Os Comitês populares de poder, designados democraticamente, substituíram a dominação feudal e despótica dos antigos régulos, ao serviço da administração colonial.

Como em Cabo Delgado o inimigo encontra-se isolado com as estradas e vias férreas bloqueadas. Aqui também a nossa acção incide essencialmente na destruição das bases inimigas. Nos últimos meses atacamos e destruimos em todo ou em parte, Macaloga, Lunho, Messangulo, Valadim; campos de concentração como o de Maua, foram destruídos, tendo-se libertado centenas de pessoas.

A Província de Tete fornecia trabalhadores que eram vendidos para as minas, plantações de tabaco e fazendas da Rodésia, para as minas de carvão de Moatize. Os colonialistas faziam dos nossos homens animais de transporte para carregar o colono e os seus bens. Os homens eram levados para a estiva da Beira, para as plantações de colonos.

A Província fronteiriça da Rodésia e Malawi era um centro de comunicações internacionais.

Os jazigos de carvão, ferro, urânio, cobre, bauxite, ouro, atraíam sobre ela os interesses e ambições das grandes companhias.

Mas sobretudo é o projecto gigante de Cabora Bassa, com implicações profundas para a África Austral, que concentrou a atenção dos grandes monopólios sobre o nosso País.

Cabora Bassa que se destinaria a fornecer energia eléctrica barata à África do Sul e à África Austral, seria o ponto de partida da constituição dum mercado comum, que submetteria a totalidade da nossa zona à tutela de Pretória.

No vale do Zambeze a ser irrigado pela futura barragem, o colonialismo deseja instalar um milhão de colonos europeus, que constituiriam uma espécie de barragem humana, contra o desenvolvimento da luta de libertação. - Mas em cinco anos Tete transformou-se profundamente -.

Embora o inimigo tenha aumentado consideravelmente os seus efectivos e material e que estes sejam reforçados pelas intervenções militares de Salisbúria e de Pretória, a extensão rápida da luta armada a toda a Província e o seu avanço para Manica e Sofala destruiu os planos estratégicos e tácticos do inimigo, impedindo-o de explorar a sua supremacia material..

A derrota militar colonialista concretizou-se pelo alto grau de paralização das vias de comunicação terrestres incluindo às de projecção internacional, e resultou na cessação progressiva das actividades económicas portuguesas e estrangeiras, nos campos da agricultura, comércio, transporte e pesquisa mineira, na acentuação do isolamento de Cabora Bassa e da exploração carbonífera do Moatize, na liquidação do blucus do Zambeze.

O nosso Povo deixou de ser animal de transporte, deixou de ser vendido para o estrangeiro, o trabalho forçado cessou, as brutalidades e humilhações dos colonos e administração são progressivamente relegadas para o passado.

O colonialismo português aqui também, deixa de existir como administração e dominação económica, para assumir o seu único e verdadeiro rosto, o de agressor e criminoso.

Para marcar a nova etapa deste processo, ao mesmo tempo que a luta se desençadeava em Manica e Sofala e que 120Km de via férrea eram destruídos, as nossas forças lançaram uma ofensiva estratégica contra as bases mais fortes do inimigo.

A ofensiva inicia-se em 9 de Novembro contra a capital Provincial e a base aérea de Chingozi nos arredores de Tete.

As instalações militares, administrativas e comerciais que se encontravam no centro da cidade foram seriamente atingidas, ao mesmo tempo que em Chingozi se destruíam no solo 17 aviões e helicópteros, incluindo vários FIATS, assim como casernas, hangares, etc...

A ofensiva desencadeada em 9 de Novembro prosseguiu-se até hoje. As bases de Fingoè e Furancungo, cada uma com forças superiores a um batalhão, foram destruídas. Em 1 de Março, a base estratégica de Malewera foi inteiramente destruída, apesar dos socorros frenéticos das forças aéreas de Portugal e da Rodésia.

A extensão da luta para Manica e Sofala, em 25 de Julho último marca uma nova fase da nossa luta.

Em Manica e Sofala enraizaram-se interesses vitais imperialistas, tanto à escala do nosso País como da África Austral.

Grandes companhias açucareiras, como a Sena Sugar britânica, aqui se implantaram. As indústrias têxteis e de cimento, construções mecânicas, ligadas a monopólios estrangeiros, encontram-se na Província. Companhias americanas, francesas e alemãs, sul-africanas receberam vastas concessões para a prospecção de petróleo e gás, tanto na terra firme, como na plataforma continental.

A Província comanda as ligações entre o Sul e o Norte do País. É a partir da sua capital, o porto da Beira, que vários Países vizinhos, em especial a Rodésia, são abastecidos.

Em Manica e Sofala se encontra a Sede do comando militar português, é lá que se desdobram as tropas inimigas.

Compreende-se pois o alarme que se criou nos meios económicos e militares portugueses, Sul-africanos e Rodesianos, com o desencadeamento da luta na Província.

O alastramento rápido da guerra popular de Libertação tem obrigado os colonialistas portugueses e aliados a reverem continuamente a disposição das suas forças.

As contradições insolúveis em que se debate o pensamento estratégico e tático do inimigo, levam-no de derrota em derrota.

As vitórias militares alcançadas pelas nossas forças, criam as condições de desenvolvimento e consolidação do processo de implantação das estruturas de poder popular e tornam mais favoráveis as condições de reconstrução nacional. Assim nas zonas libertadas torna-se irreversível a demarcação com a zona inimiga. As massas populares que vivem a experiência de liberdade assumem a defesa da liberdade contra qualquer tentativa de recuperação inimiga, condenando-a a uma derrota certa.

Zonas libertadas não quer dizer desaparecimento total de presença física do inimigo. Há bases inimigas, que embora isoladas, subsistem ainda. A aviação mantém uma actividade permanente. As tropas inimigas lançam incursões.

O aspecto fundamental das zonas libertadas é que as massas seguem as nossas palavras de ordem, são mobilizadas e organizadas publicamente por nós, seguem abertamente a nossa orientação nas suas actividades quotidianas.

É assim que se materializa a libertação da exploração, a destruição da tribo e o nascimento da Nação, a concretização nas estruturas políticas, económicas e sociais do poder popular.

São isto as zonas libertadas, é daí que decorre a sua importância fundamental, de centros de transformações profundas, de bases, onde no detalhe do quotidiano se materializam as novas relações de forças a favor das massas até então oprimidas. Em definitivo, as zonas libertadas constituem centros defensores da nossa linha, da nova vida que criamos.

Nas zonas ainda ocupadas pelos colonialistas, sectores cada vez mais vastos da população, aderem às nossas fileiras.

Apesar dos colonialistas segundo as suas declarações, terem já internado mais de um milhão de pessoas num milhar de campos de concentração, baptizados de "ALDEIAS DE PROTECÇÃO", eles não conseguem quebrar a vontade de libertação das massas. Os campos de concentração transformam-se em novos centros de combate, as milícias fantoches consciencializadas pela nossa mobilização tornam-se destacamentos de combate anti-colonialistas.

As vagas de prisões e assassinatos desencadeadas nas zonas rurais e urbanas atingem todas as camadas da população, sacerdotes, pastores, empregados, estudantes, operários, camponeses. O terror colonialista, agrava as contradições com as massas, faz-lhes empenharem-se ainda mais na causa libertadora.

A política justa da FRELIMO, o seu respeito pela dignidade e liberdade humana, a sua política de clemência em relação aos prisioneiros de guerra portuguesa, a definição clara e correcta do inimigo e dos objectivos da luta, conduzem sectores crescentes da população europeia a separarem-se do colonialismo português, a denunciarem e condenarem os seus crimes e já, em casos cada vez mais numerosos, a apoiarem a nossa luta.

É isto que tem levado o aparelho de repressão colonialista a atingir sectores numerosos da população europeia: a associação dos Estudantes da Universidade de Lourenço Marques foi dissolvida; os seus dirigentes presos e deportados. Vários bispos se queixam dos vexames da polícia política.

As derrotas militares e o isolamento político crescente dos colonialistas em Moçambique, são acompanhadas duma evolução semelhante em Angola e na Guiné-Bissau e Cabo Verde, reduzindo assim a margem de manobra inimiga.

O assassinato recente do nosso camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, como anteriormente o assassinato em 1969 do Presidente Eduardo Mondlane, inscreve-se na mesma perspectiva de tentar paralizar a luta através de assassinato dos dirigentes. Os factos têm testemunhado que estas acções são criminosas vãs.

Em Portugal foi aberta uma quarta frente de luta contra a guerra colonial e o fascismo.

Pela primeira vez na história das guerras coloniais, cidadãos da potência colonial desencadeiam acções armadas no seu País contra a máquina de guerra colonial, como parte da sua estratégia na luta contra o regime.

Para além do encorajamento que estas acções significam para o nosso Povo, elas enfraquecem o inimigo, forçam-no a combater em mais frentes.

O combate para a liquidação do colonialismo português está intimamente ligado à destruição do regime fascista que oprime o povo português e que constitui com a Espanha e a Grécia uma testa de ponte do fascismo e da reacção na Europa. Nós saudamos por isso calorosamente os combatentes anti-fascistas e anti-colonialistas portugueses que em cada vez maior número e com maior decisão apesar da dura repressão se elevam, pela voz e pela acção, contra o fascismo e o colonialismo.

queremos reafirmar mais uma vez que a nossa luta não se dirige contra o povo português, mas contra o regime colonial fascista, nosso inimigo comum.

Os países que fazem fronteiras com as colónias portuguesas como a Tanzânia, a Zâmbia, o Congo, a República da Guiné e outros firmemente mantêm-se fiéis ao dever da solidariedade associando várias vezes o seu sangue ao nosso, na luta pela mesma causa.

A Conferência histórica dos chefes de estado africanos em Rabat, que renovou e aprofundou o engajamento africano pela sua libertação, conjugada com a nossa acção libertadora, criou uma nova situação no plano internacional.

No plano internacional o isolamento de Portugal tornou-se tão grande que os seus aliados mais próximos se sentem obrigados a condená-lo, como o testemunhou a recente sessão do Conselho de Segurança, sobre a questão colonial portuguesa.

A representatividade da FRELIMO foi reconhecida pela ONU e os nossos representantes gozam de estatuto de observador no seio da IV Comissão.

No mundo socialista, a nossa justa luta, encontra o maior apoio moral, político, diplomático e material.

Nos países ocidentais desenvolve-se o movimento popular de solidariedade e apoio à nossa causa e de condenação da aliança dos governos e monopólios com os colonialistas portugueses.

Vários governos membros da OTAN, como os da Noruega, Dinamarca e Holanda, publicamente têm manifestado o desejo de dissociar a aliança atlântica das aventuras coloniais portuguesas.

Na Itália vemos com alegria, como a prova esta magnífica Conferência, que o movimento de solidariedade ganha todas as camaradas sociais, todas as forças políticas que prezam a liberdade e dignidade do homem.

Personalidades religiosas e políticas do mundo da ciência e das artes, lado a lado, com trabalhadores e estudantes, operários, empregados e camponeses, engajam-se no movimento de solidariedade.

Vasta frente popular de solidariedade para com a nossa luta, que se constitui na Itália, além de ser um exemplo, prova sobretudo que a causa da luta anti-colonialista pode ganhar todos os homens honestos.

Camarada Presidente da Conferência,
Caros Camaradas,

É dentro desta perspectiva de conjunto, que nos parece dever ser situada a acção de solidariedade. A acção de solidariedade deve estar impregnada dum conteúdo político, para poder conceber concretamente as suas linhas de acção e métodos.

A luta de libertação do povo moçambicano é uma luta contra a dominação colonial fascista portuguesa, contra o imperialismo, uma luta para instalar na nossa Pátria uma nova ordem social, de conteúdo popular e democrático.

O colonialismo e o fascismo português são aberrações na nossa época. A dominação colonial fascista é a pior forma de negação e humilhação da pessoa humana. A guerra colonial fomenta os crimes mais abjectos e horrorosos, que repugnam a consciência humana. Cada vez mais se erguem no mundo, vozes corajosas que denunciam e desmascaram os horrores do colonialismo português e da sua guerra colonial.

Vozes honestas de sacerdotes e bispos, nos últimos dois anos, forçam sectores crescentes da opinião pública mundial a aperceberem-se da realidade existente.

A luta contra o colonialismo e o fascismo português não é diferente na sua essência da luta contra o fascismo e o nazismo que teve lugar na Europa. Os povos europeus que ofereceram milhões de mortos em holocausto aos sonhos de dominação das raças "Superiores", compreendem perfeitamente a nossa luta contra este cancro na nossa terra. A destruição da dominação das grandes companhias imperialistas sobre Moçambique, a diminuição das zonas de protecção dos impérios racistas da Rodésia e África do Sul, interessam todas as forças do mundo que assumiram a necessidade de combater contra a pilhagem imperialista, contra a política de agressão.

Este combate é do Povo Moçambicano e de todos os Povos. Como também é um combate comum a nossa luta para instalar na nossa terra, uma nova ordem social popular, que liberta o homem da miséria e da exploração, introduza a justiça no seio da sociedade, liberte a iniciativa criadora das massas.

Neste quadro a solidariedade não é um acto de caridade, mas uma ajuda mútua entre forças que combatem pelo mesmo objectivo.

A liquidação do sistema colonial fascista português significa a destruição de um dos principais bastiões do fascismo contemporâneo que estimula o crescimento das forças fascistas na Europa incluindo na Itália.

Na fase actual importa que o movimento de solidariedade se fixe um certo número de objectivos e métodos de trabalho.

Em primeiro lugar, a causa da luta contra o colonialismo português e o fascismo, como o demonstra a vossa experiência, é uma causa que interessa e mobiliza todos os homens honestos, independentemente das duas origens sociais filiações partidárias ou religiosas.

Neste quadro cremos que deve ser desenvolvido o movimento unitário de solidariedade, de maneira a abranger os numerosos sectores que ainda não foram atingidos.

Popularizar o movimento de solidariedade significa organizar e mobilizar os diferentes sectores, das fábricas às escolas, das Universidades aos escritórios, dos hospitais às igrejas. Significa tornar conhecido o horror do colonialismo, mas ao mesmo tempo a natureza e os sucessos da nossa luta.

A este nível parece-nos que seria útil ainda, que a Conferência estudasse os meios de tornar mais eficaz e rápida a circulação das informações entre os nossos movimentos de Libertação e o Povo Italiano.

Mobilizar e organizar significa ainda fixar tarefas ao movimento de solidariedade, apontar-lhe linhas de acção. As tarefas situam-se hoje a dois níveis principais: tarefas políticas e tarefas de apoio material.

Politicamente a nossa preocupação central é isolar o colonialismo português das suas fontes de apoio morais, políticas, diplomáticas económicas e militares, Paralelamente conduzir a comunidade internacional a reconhecer a realidade política existente no nosso País, a saber que o Povo Moçambicano recupera a sua soberania e a exerce através da FRELIMO que o dirige e representa.

Desta dupla preocupação nascem diferentes linhas de acção. Os partidos políticos, sindicatos e outras organizações de massa, são chamadas a uma acção de vigilância, denúncia e pressão.

Vigilância para descobrir e impedir as actividades do Governo e dos consorcios financeiros a favor do colonialismo português, denúncia contra essas actividades e pressão para lhes pôr termo, e para conduzir as instâncias governamentais a reconhecerem a realidade política moçambicana.

É evidente que este tipo de acção deve ser desenvolvido a todos os níveis da imprensa ao parlamento, das petições às manifestações populares.

Na última sessão das Nações Unidas reconheceu-se ao nível da IV Comissão a representatividade da FRELIMO e foi-lhe concedido o estatuto de observador.

No entanto a oposição dos países ocidentais, incluindo a Itália, impediu que a Assembleia Geral das Nações Unidas tirasse todas as conclusões contidas na decisão da IV Comissão.

É necessário que a Assembleia Geral da ONU reconheça que em Moçambique é a FRELIMO o único poder que legitimamente representa Moçambique. O estatuto de Portugal é o de um agressor que incondicionalmente deve pôr termo à sua agressão, evacuar as suas forças de repressão.

O reconhecimento da realidade existente em Moçambique implica ainda uma acção de apoio material para a consolidação e desenvolvimento da reconstrução nacional.

Esta acção pode ter lugar a diferentes níveis. Nos países africanos, nos países socialistas, em vários países asiáticos e nos países escandinavos, os governos, directamente ou pelo canal de agências governamentais, dão uma importante contribuição material à reconstrução nacional. A Itália devia também participar nesta acção.

Instituições regionais e locais do poder popular, como acontece na Emilia Romagna por exemplo, apoiam materialmente os nossos programas de assistência sanitária e desenvolvimento agrícola. Este tipo de acção, se generalizado, pode contribuir imenso para o sucesso do nosso trabalho.

Organizações de massa, políticas, sindicais, culturais ou religiosas, que participam já no trabalho de solidariedade activa podem também contribuir com um maior apoio material.

Os campos em que a solidariedade material se pode exprimir são tão vastos como as nossas necessidades: a saúde, a educação, os infantários, a produção, todos os sectores de trabalho carecem de ajuda.

Queremos agradecer e assinalar dois exemplos entre muitos que, embora modestos, fornecem indicações válidas no trabalho de solidariedade e se destacam pelo seu alto conteúdo político e humano: um deles, o envio de latas de conserva pela juventude italiana para ajudar a alimentação das nossas crianças que nós chamamos "continuadores" da luta; o outro a concepção, fabricação e envio de macas portáteis de um modelo novo para ajudar o transporte dos nossos feridos, macas que são produto da solidariedade e da imaginação dos trabalhadores dos serviços urbanos de Reggio Emilia, demonstrações de, como diz o apelo do comité de iniciativa desta Conferência, da "amplá capacidade de solidariedade do povo italiano".

Camarada Presidente da Conferência,
Camaradas Delegados,

A solidariedade de que somos objecto é ainda a luta tenaz dos Povos irmãos pela liberdade, pela independência, pela justiça e pela Paz.

Nós saudamos com calor e carinho as vitórias dos nossos camaradas de armas do MPLA e do PAIGC que conosco combatem o colonialismo português. As suas vitórias, são nossas vitórias, e como as nossas são construídas por sacrifício e sangue.

Sentimos hoje todos, aqui, a ausência do nosso irmão e camarada Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, assassinado pelos agentes do colonialismo português e do imperialismo. A sua presença amiga, o seu talento, a sua inteligência refinada, já não estão conosco. Mas a luta continua, o PAIGC seu grande partido, continua, como a FRELIMO continuou depois do assassinato de Eduardo Mondlane, seu primeiro Presidente.

O grande mérito de Amílcar foi de saber incarnar e tornar operativa a unidade nacional, de fazer dela a arma que destrói o colonialismo, saber criar as orientações e estruturas que permitem à luta sobreviver aos homens, e fertilizar-se do seu sacrifício.

Nós afirmamos a nossa solidariedade para com a luta dos povos da África do Sul, Zimbabué e Namíbia, que conosco afrontam o imperialismo na trincheira da África Austral.

Saudamos as vitórias dos Povos africanos na luta pela consolidação da independência e unidade do nosso continente. As suas vitórias são nossas e criam condições para o desenvolvimento do nosso combate.

Saudamos também, com respeito, amizade e solidariedade os Povos, os partidos e os dirigentes da Tanzania, da Zâmbia, do Congo, da Guiné e doutros países irmãos, que nas condições difíceis, de serem fronteiriços às zonas de guerra do colonialismo Português, continuam a apoiar a nossa causa.

Nós felicitamos os sucessos do Povo português no seu combate contra a guerra colonial e o fascismo. As acções armadas dos patriotas portugueses contra a máquina de guerra colonial fascista, encorajam-nos e reforçam a amizade e solidariedade entre os nossos Povos.

Nós apoiamos a justa luta dos Povos Árabes e da Palestina contra a agressão sionista pela recuperação dos territórios ocupados e pelos direitos nacionais do Povo Palestino.

Alegramo-nos e felicitamo-nos com todas as forças progressistas do mundo com a vitória alcançada pelos camaradas do Vietname e do Laos. Os nossos companheiros, assim como o Povo de Camboja, provam que o imperialismo não pode sobreviver diante do combate do Povo, mesmo quando ele é defendido pela potência mais poderosa e criminosa, os Estados Unidos. Felicitamos os países socialistas pelas vitórias que têm alcançado na construção duma sociedade nova, e pelo alto sentido que têm do seu dever internacional.

Nós saudamos o combate dos Povos e trabalhadores do mundo inteiro e em especial da Itália, pela defesa da independência nacional contra o imperialismo, pela sua luta pelas liberdades democráticas e os interesses dos trabalhadores. Esta luta reforça a nossa.

A vossa solidariedade é um momento alto da fraternidade humana, a afirmação que nenhum Povo está só, que os seus sofrimentos e luta são partilhados por todos os Povos.

O calor e carinho, a amizade e fraternidade, a solidariedade que vivemos aqui, no meio do Povo Italiano, vamos transportá-los connosco para transmitir ao nosso Povo.

Iremos testemunhar-lhe que longe, na Europa, um Povo que também ofereceu o seu sangue pela liberdade, hoje faz sacrifícios para nos apoiar. Explicaremos a vossa luta, as vossas dificuldades, o vosso espírito de solidariedade, para que o nosso Povo aprenda do vosso exemplo e se torne mais firme, mais solidário na sua luta revolucionária.

Queremos também assegurar-vos que o Povo Moçambicano respeitará sempre os sacrifícios e solidariedade de que é objecto.

Nós prosseguiremos a nossa luta até à vitória final, cumprindo assim o nosso dever nacional e internacional.

Viva a Conferência Nacional de Solidariedade
para a Liberdade e Independência de Moçambique,
Angola e Guiné-Bissau!

Viva a amizade e solidariedade entre os Povos
de Moçambique e da Itália!

Apaixo o colonialismo português e o imperialismo!

Viva a luta unida dos povos do mundo inteiro
pela Liberdade, Justiça, Progresso e Paz!

Unidos Venceremos!

A LUTA CONTINUA...

INDEPENDÊNCIA OU MORTE!

VENCEREMOS!